

Ocupações Urbanas na fronteira Fortaleza/Caucaia: Conflito e Assessoria Técnica pelo Quintau Coletivo

Amanda Maria Barrozo de Lima Morais Rodrigues

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará, membro e co-fundador da organização sem fins lucrativos Quintau Coletivo.

Débora Costa Sales

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará, membro e co-fundador da organização sem fins lucrativos Quintau Coletivo.

Thais Oliveira Bezerra de Sousa

Advogada pela Universidade Federal do Ceará, membro e co-fundador da organização sem fins lucrativos Quintau Coletivo.

Vinicius Saraiva Barretto

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará, mestrando no PPGAU+D UFC, membro e co-fundador da organização sem fins lucrativos Quintau Coletivo, membro da organização sem fins lucrativos Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade.

Contextualização urbana

O processo de produção social do espaço intra urbano de Fortaleza cresceu de forma desordenada, desigual e com deficiência de uma política urbana integral, resultando em uma cidade com um enorme déficit habitacional. Assim, o processo de favelização na cidade se disseminou de forma mais intensa, avançando junto aos municípios vizinhos. Essa expansão está relacionada a algumas dinâmicas espaciais, como a indução do processo de conurbação entre Fortaleza e os municípios vizinhos, como Caucaia e Maracanaú, através da implantação de conjuntos habitacionais, e a presença de grandes glebas de terra sem infraestrutura. Desse modo, o problema de irregularidade fundiária concentrada na capital desenvolve-se nas proximidades de tais conjuntos habitacionais.

A Ocupação Nova Conquista e a Ocupação Esperança de um Novo Lar se encontram na divisa entre Fortaleza, no bairro Granja Lisboa, e Caucaia, no distrito da Jurema e no bairro Marechal Rondon. Ambas se localizam em terrenos do Poder Público, e que em 2007 e 2009 foram desapropriados para fins de moradia popular pelo Governo Estadual. No entanto, até o presente momento, não existe nenhuma ação por parte do poder público nesse sentido.

A área que as ocupações estão situadas, encontram-se imbricadas em diversos conflitos. O primeiro seria o conflito fundiário apresentado pela grande disponibilidades de

vazios urbanos e a existências de densos núcleos habitacionais na conurbação das duas cidades que concentram diversas famílias com dificuldades de arcar com os custos de vida e de aluguel. Além disso, em razão de estar localizado na divisa dos municípios Fortaleza e Caucaia, ocorrem divergências administrativas entre os municípios, dificultando a possibilidade de reivindicação e a execução de obras urbanas e de infraestrutura na região. Outro conflito local consiste na presença de grupos organizados (façções), que têm interferido e dificultado a realização de políticas públicas, inclusive as políticas urbanas e habitacionais.

As ocupações e a aproximação do quintau coletivo

Inseridas nesse contexto urbano, as Ocupações Nova Conquista e Esperança de Um Novo Lar encontram-se em processo de consolidação apesar das incertezas relacionadas à viabilização de melhorias e da regularização fundiária, decorrentes não só do descaso do Poder Público no que concerne à provisão de moradia digna, mas também das ameaças de remoção provenientes do Governo do Estado. Nesse sentido, desde a mobilização inicial até a atual situação de ocupação do solo, os processos de autourbanização e de assessoramento técnico estiveram longe de se desenvolverem de maneira linear, tornando-se necessário um relato mais aprofundado.

A Ocupação Nova Conquista foi a primeira a se formar. O vazio urbano, antes de ser ocupado, foi apontado pelos moradores da ocupação e do entorno como espaço de foco de violências e acúmulo de lixo. No dia 08 de Setembro de 2021, esse terreno foi ocupado por famílias, incluindo crianças, pessoas idosas, homens e mulheres cis e trans de maioria negra, que em geral não tinham como custear o valor dos aluguéis ou já se encontravam em situação de rua meio a pandemia da COVID-19.

As 160 famílias que formaram o grupo inicial dividiram o terreno, constituído por uma quadra regular, em lotes de 70m², delimitando duas ruas internas que cortam o loteamento nos sentidos longitudinal e transversal. Dada a necessidade de maior aproveitamento do solo para habitação, o espaço restante para as vias acabou se tornando mínimo, sendo uma de 2 e a outra de 3 metros, servindo apenas para a implantação de encanamentos e para a circulação de pessoas e pequenos veículos. Em relação a administração do loteamento, as famílias foram divididas em 4 grupos a partir de seções do terreno. Dessa forma, ao longo de 1 ano de ocupação, o terreno já comportava as famílias fixadas e já se estabeleciam relações sociais e econômicas em seus diversos níveis no território.

Entre fevereiro e março de 2022, o Quintau soube da Ocupação Nova Conquista por meio de convite do Movimento de Luta Comunitária (MLC). A Ocupação vinha sendo também assessorada pelo Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar (EFTA), e logo na primeira visita foi perceptível a existência de muitas famílias com o interesse e necessidade de construir suas moradias naquele lugar.

No início do processo de assessoramento, houve relatos de moradores e de suas famílias, assim como de uma técnica da Casa Civil do Estado do Ceará, afirmando que o terreno estaria aguardando para receber um empreendimento de habitação de interesse social para famílias removidas das obras do Rio Maranguapinho e que por questões relacionadas a fações não seria possível. Posteriormente, a assessoria envolvida confirmou que o terreno era de propriedade do Estado há uma década.

Inicialmente, a construção das casas em alvenaria na Nova Conquista respeitou o ordenamento de lotes e ruas acordado coletivamente, entretanto notou-se a existência de edificações que avançavam sobre a delimitação das ruas. Assim, a partir da conversa com os moradores a respeito do ordenamento das construções e da vida em comunidade, foram constatados desafios enfrentados pelas famílias em relação à organização da ocupação.

Por outro lado, continuava sem solução aparente a situação conflitual relacionada à inserção de mais 20 famílias, que se somaram à ocupação posteriormente ao planejamento do loteamento e, por isso, continuaram sem terra. Também, devido a declividade do terreno, a parte com as cotas mais baixas sofria com constantes alagamentos no período chuvoso, impossibilitando a ocupação imediata das famílias do chamado grupo G4. A situação dessas famílias em maior vulnerabilidade perdurou por quase um ano até a realização da Ocupação Esperança de um Novo Lar em setembro de 2022. Esta foi realizada inicialmente para resolver a questão das vinte famílias, mas ao longo do tempo mais pessoas na mesma situação foram agregadas na ocupação, totalizando 324 famílias.

Nesse novo espaço, muito maior que o da primeira ocupação, a maior organização permitiu que o território fosse devidamente planejado pelos moradores, apenas com os elementos e dimensionamento adequados. As larguras de ruas e calçadas obedeceram as medidas estabelecidas pelo Plano Diretor de Caucaia de 2019 para vias locais, os lotes já bem organizados antes tiveram espaços maiores na nova ocupação, estando todos acima de 70m². Dessa forma, possibilitando a instalação de infraestruturas de águas, luz e esgoto futuramente, sendo estes serviços improvisados de maneira informal no momento. Além disso, aumenta-se a probabilidade de uma futura regularização do loteamento e das casas

por respeitarem as medidas impostas e a metragem mínima utilizada no planejamento urbano para habitação de interesse social no Ceará, na qual o lote mínimo é de 60m².

Em outubro, foi realizada uma reunião entre a direção das ocupações, as assessorias e a Secretaria das Cidades, na qual a questão das famílias nas proximidades do Rio Maranguapinho foi novamente levantada, além de ressaltarem a existência de pelo menos 3 processos de acionamento do Ministério Público para a tomada de providência em relação ao bem público. Entretanto, como objetivo estratégico final da reunião, obteve-se acordo de que as famílias não sofreriam ações de remoção pelo menos até o fim de 2022.

Algumas questões de conflito e assessoria

É importante apontar aqui que o conflito e a assessoria técnica, identificados em pouco mais de um ano de atuação na Ocupação Nova Conquista, no início do processo, se apresentaram de maneira muito amena. O conflito nesse ponto se mostrou muito mais interno entre moradores e entre moradores e coordenação de moradores, enquanto a assessoria do Quintau, por chegar já no meio do processo de desenvolvimento da ocupação, e não no seu início, realizou sua aproximação em algumas reuniões gerais, estas com poucas famílias. Nesses espaços trabalhava-se mais explicações e conversas sobre a necessidade de organização do território com calma e sobre a necessidade de construção de uma lógica organizativa, tanto política como espacial.

Por alguns meses, juntamente da assessoria jurídica do Escritório Frei Tito de Alencar, a mobilização dos assessores girou em torno do apoio à direção da ocupação na construção do sentimento organizativo e de esclarecimentos sobre os processos jurídicos e espaciais necessários para a consolidação da ocupação. Isso abordando questões como a titularidade do terreno, regularização fundiária, construção ou não de casas em alvenaria, respeito quanto ao tamanho das ruas estabelecidas e dos lotes criados pelos próprios moradores. Apesar de alguns moradores serem apontados como lideranças, a fraca organização comunitária acarretou numa baixa frequência de reuniões e poucos espaços participativos para tomada de decisões. Assim, entende-se que após a descoberta de que o terreno pertencia ao Governo do Estado, ou seja, público, os moradores consideraram a luta ganha e começaram aos poucos a estabelecer a regra de cada um por si.

Diante disso, a Ocupação Esperança de um Novo Lar vem mostrando possibilidade de maior organização, maior frequência de reuniões e vontade de articulação política para luta pelo direito à terra, moradia e à cidade. A assessoria, dessa forma, teve mais espaço para diálogos, articulação e mobilização para reuniões internas estratégicas e com o poder público. Outro indicador consiste no fato da direção e famílias tomarem como base alguns

dos direcionamentos conversados e trabalhados com a assessoria no processo anterior relativo a outra ocupação, transpondo as ideias para o novo terreno ainda no início do processo de planejamento e divisão.

Entretanto, uma inquietação se destaca desde o início da atuação de assessoria em meio ao conflito de uma realidade complexa de ocupação: De qual forma pode-se atuar nesses territórios sem que estejamos apenas fazendo e estimulando um loteamento clandestino? Do que isso difere de um processo de ocupação espontânea característicos da formação das cidades brasileiras?

Acredita-se que a forma de inserir nas conversas dimensões do direito à cidade e à terra especificamente e realização de algumas atividades de afirmação dessas pessoas que estão na linha de frente do processo tem sido o caminho possível trilhado nesse período. Entretanto, crê-se ainda necessário a realização de efetivas oficinas e atividades formativas ou, no mínimo, um maior diálogo com os moradores e com suas crianças, buscando trabalhar questões políticas para além do planejamento espacial e autourbanização, como questões de raça, gênero e de geração de renda. Principalmente por se formar majoritariamente de famílias que são chefiadas por mulheres negras, e algumas delas já estão buscando gerar renda através do seu pedaço de terra, como vendinhas, mercearias, bares e venda de refeições. Além disso, é notável a presença de moradores e moradoras trans na ocupação, apontando para a necessária reflexão sobre a relação entre a ausência e/ou falta de acesso à moradia digna e as questões de gênero e, até mesmo, sexualidade, na medida em que é possível encontrar outros sujeitos LGBTQIA+ na ocupação. Sobre isso, é válido questionar a evidente invisibilidade que recai sobre essas pessoas e sua história, na medida em que se desconhece até o presente momento a informação exata de quem são essas pessoas: como se apresentam no mundo em termos de gênero e sexualidade.

Agora em outra fase de conflito, as famílias de ambas ocupações se viram não tão seguras de sua terra após a reunião realizada com a Secretaria das Cidades do Governo do Estado (SecCidades), na qual foi informado a construção de ações de reintegração. Já em janeiro de 2023 houve uma ameaça efetiva de remoção das famílias da Ocupação Esperança de um Novo Lar e constatação por meio de documentos formais de construção de uma futura reintegração de posse na Ocupação Nova Conquista. Também durante esse início de ano, constatou-se através de documento oficiais que meses antes da reunião na SecCidades o governador havia desistido de executar o empreendimento na área em questão, esta passando a ser reserva de patrimônio do Estado.

Com isso, acredita-se que tem início uma nova fase de conflitos e de atuação da assessoria. Não basta uma organização interna apenas para planejamento territorial, mas

sim para uma resistência à remoção. Já que o terreno não será usado para os fins pelos quais foram desapropriados, o Governo do Estado tem plenas condições de ceder a conquista da terra para essas famílias.

Entretanto, outras questões se impõem: De que forma reformular a atuação e a organização para lidar com esse tipo de conflito? Qual a metodologia necessária para o trabalho de uma assessoria técnica em arquitetura e urbanismo e em direito em um cenário de dois territórios ligados como esses, um sem mobilização e outro com mobilização política em construção? Atualmente, essas questões estão sendo vivenciadas e em meio a tentativa de serem superadas por meio de atividades da direção e das assessorias, algumas em parceria com grupos de extensão da UFC, como o ArqPet e o LED, porém ainda de forma muito iniciante.